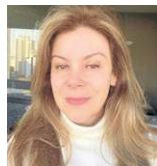




Visão do Direito



Ana C. Paulucci S. Freire Alexandre
Advogada no Vezzi Lapolla Advogados,
pós-graduada em processo civil e
especialista em direito do consumidor



Wenia Alves Dias
Advogada senior do Banco BMG,
pós-graduada e especialista
em contencioso cível

A judicialização predatória e a urgência de precedentes consistentes

A advocacia predatória, demarcada pela exploração de lacunas legais, massificação de processos e manipulação de informações, constitui uma grave ameaça à integridade do sistema jurídico. Essa prática, ao desvirtuar a função social da advocacia, sobrecarrega o Poder Judiciário e mina a confiança da sociedade na Justiça.

A evolução da advocacia predatória, impulsionada pela sofisticação das estratégias de captação de clientes, tornou ainda mais urgente a necessidade de mecanismos mais eficazes para o seu combate. A repetição de padrões de conduta ilícita, muitas vezes com o objetivo de obter vantagens indevidas, evidencia a importância de um sistema de precedentes sólido e consistente.

Os precedentes judiciais, ao estabelecerem diretrizes claras sobre a caracterização e as consequências da advocacia predatória, desempenham um papel fundamental na prevenção e no combate a essa prática. Ao unificar o entendimento sobre questões controversas e ao criar

um marco para a análise de casos futuros, os precedentes contribuem para que se iniba a atuação de maus advogados, dado que a previsibilidade das decisões judiciais desestimula a prática de atos ilícitos, na medida em que esses profissionais passam a conhecer as consequências de seus atos.

Também contribui para agilizar a resolução dos processos, uma vez que a existência de precedentes permite que os juízes decidam de forma mais célere e eficiente, evitando debates reiterados sobre temas já superados. Ainda, coopera com a proteção dos direitos dos cidadãos, estabelecendo limites claros para a atuação dos advogados e dando efetividade aos direitos individuais e coletivos.

Embora a fixação de precedentes seja pilar fundamental no combate à judicialização predatória, outras medidas complementares são indispensáveis, tais como o fortalecimento dos mecanismos de controle e fiscalização; os investimentos em educação

Ao criar um ambiente de previsibilidade e desestimular a atuação de advogados que buscam explorar lacunas legais, os precedentes cooperam para a construção de um sistema jurídico mais justo e eficiente

jurídica, com a conscientização da sociedade sobre os riscos da judicialização predatória; a cooperação entre os diversos atores do sistema de Justiça e, por fim, a modernização dos sistemas de processo eletrônicos.

A judicialização predatória representa um desafio crescente para o sistema jurídico brasileiro. A fixação de precedentes,

ao estabelecer um norte claro e consistente para a aplicação da lei, revela-se como a ferramenta mais eficaz para combater essa prática. Ao criar um ambiente de previsibilidade e desestimular a atuação de advogados que buscam explorar lacunas legais, os precedentes cooperam para a construção de um sistema jurídico mais justo e eficiente.

É fundamental ressaltar que a fixação de precedentes não é solução isolada, mas, sim pilar fundamental em um conjunto de medidas que visam combater a judicialização predatória. A atuação conjunta de todos os atores do sistema de justiça, aliada a investimentos em educação jurídica e à modernização dos processos, é essencial para garantir a efetividade desse combate.

Em suma, o sistema de precedentes emerge como um instrumento indispensável para enfrentar a judicialização predatória, contribuindo para a proteção dos direitos dos cidadãos e para a consolidação de um sistema jurídico mais justo e confiável.



Mariella Santana

Advogada especializada em direito empresarial

Consultório jurídico

Quais as principais alternativas para proteger o patrimônio familiar diante das mudanças trazidas pela Reforma Tributária, como a alíquota progressiva do ITCMD?

A Reforma Tributária, promulgada há um ano, trouxe mudanças significativas, incluindo a determinação de

que os estados adotem uma alíquota progressiva para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD), com percentuais que podem chegar a 8%. Esse cenário tem levado muitas famílias a buscarem alternativas para proteger seu patrimônio.

Uma opção amplamente utilizada é o modelo de holding familiar, que consiste em constituir uma empresa para incorporar os bens e inserir os herdeiros como quotistas. Essa estratégia

desburocratiza a distribuição da herança e reduz a carga tributária.

Outra alternativa é contratar um seguro de vida, cujo valor não entra no inventário nem pode ser incluído em ações judiciais. Contudo, é essencial avaliar os tributos associados a essa modalidade.

Há também a possibilidade de criar uma offshore, ou seja, uma empresa em um país com regime fiscal mais favorável. Essa estratégia é legal, desde que siga as normas da Receita Federal, permitindo proteger o patrimônio da

instabilidade econômica e do ITCMD.

Por fim, os fundos de investimento exclusivos podem ser usados para famílias com patrimônios mais elevados (acima de R\$ 10 milhões). Esses fundos, regulamentados pela CVM, oferecem planejamento sucessório e proteção patrimonial, mas demandam custos operacionais elevados e seguem protocolos rígidos.

Em todos os casos, é de extrema importância consultar especialistas em direito para garantir conformidade legal e evitar riscos tributários.